



Cofinanciado por



Enquadramento Seminário Algarve

Energias Renováveis e a Eficácia Energética O Impacto da Transição para os trabalhadores e a acção sindical.

As alterações climáticas são a consequência de um modelo de produção cada vez mais determinado pelos interesses da política predadora, nomeadamente das multinacionais e das transnacionais que delapidam os recursos naturais de países, incentivam consumos inapropriados geradores de acrescidos lucros para o capital, acentuam as desigualdades entre países e povos dos vários continentes, originam o aumento de fluxos migratórios e o crescimento do número de refugiados.

Não se pode olhar para a questão energética à margem do seu enquadramento no funcionamento do sistema capitalista e da sua natureza exploradora, opressora. A exploração, domínio e controlo dos recursos energéticos, particularmente dos chamados combustíveis fósseis, é hoje inseparável dos processos de domínio, ingerência e agressão que se desenvolvem no plano internacional. O acesso às diferentes formas de energia é hoje uma questão central para a soberania e independência dos povos e a sobrevivência da espécie humana. A desigualdade entre Estados no acesso às fontes primárias de energia, reproduz desigualdades e injustiças nos ritmos de desenvolvimento. As justas preocupações face às ameaças ambientais que decorrem da utilização desenfreada destes recursos colidem com os interesses dos grandes monopólios.

Os avanços científicos e tecnológicos desenvolvidos no plano das chamadas energias renováveis tendem a ser capturados e colocados, não ao serviço dos trabalhadores e dos povos, mas dos interesses das grandes transnacionais do sector. As justas preocupações ambientais que percorrem a sociedade tendem a ser instrumentalizadas por parte do grande capital, impondo uma agenda que, a pretexto da defesa do meio ambiente, procura no essencial preservar e aprofundar a sua estratégia de domínio e controlo sobre o planeta e os seus recursos

Em Portugal a questão energética é também central. Entre os vários défices estruturais do País encontra-se o energético. A dependência do País neste domínio tem impacto nos desequilíbrios externos da economia portuguesa, bem como nos custos da energia, seja para a actividade económica, seja para a vida do conjunto dos trabalhadores e da população. Uma dependência que, pese embora os avanços alcançados no plano da exploração das fontes renováveis de energia, se aprofundou e degradou, num quadro de privatização das principais empresas do País neste sector – GALP, EDP e REN -, bem como, da liberalização dos preços – combustíveis e energia eléctrica, opções que não só favoreceram a concentração monopolista neste sector, como tornaram o País ainda mais dependente do exterior.

Constituem preocupações neste domínio: o controlo das principais empresas do país a partir do estrangeiro; o elevado grau de dependência externa; o baixo nível de eficiência energética – edifícios, sistema de transportes, intensidade energética por produto, etc; o atraso na exploração de energias renováveis; os custos da energia e a cartelização dos preços; os super lucros das empresas do sector conhecidos como rendas da energia; a degradação dos instrumentos do Estado para o desenvolvimento e planeamento de uma política energética nacional; os impactos ambientais do actual modelo; a ausência de uma estratégia que vise a segurança e soberania energética do país.

Para a CGTP-IN é necessária a transformação do sistema económico e dos modos de vida para se proteger o clima, o meio ambiente e o direito ao desenvolvimento por parte do povo português. Reduzir a emissão de gases Co2 e assegurar um futuro ambientalmente sustentável, é um desafio

que deve ser acompanhado por uma política que tenha como objectivo a recuperação do controlo público do sector, enquanto factor de defesa e salvaguarda quer da actividade económica, quer do emprego, quer também da sustentabilidade ambiental. Uma transição que passa pelo controlo soberano dos meios de produção para assegurar o desenvolvimento sustentado dos países e dos povos, por uma política que assegure a criação de emprego de qualidade, por uma intervenção cívica que respeite e valorize o ambiente nas suas diversas componentes.

Nos últimos anos foram estabelecidos acordos e definidas metas internacionais, ao nível nacional, europeu e internacional, basicamente em torno do Acordo de Paris (2015), no qual a CGTP-IN não se revê em múltiplos aspectos, a Agenda 2030 e os ODS (Objectivos do Desenvolvimento Sustentável), a Política climática e energética integrada europeia, que incluem os objectivos 20/20/20, a Estratégia Energética Comum e outros.

No Acordo de Paris embora se faça referência à “Justiça Climática” tudo o que diga respeito a responsabilidade jurídica foi retirado do mesmo, havendo um enfraquecimento do mecanismo de compensação por perdas e danos. Não se estabelecem critérios de equidade e responsabilidade climática que permitam distribuir os esforços de redução de emissões entre os países, aceitáveis para todos.

Aos Estados é exigida a implementação de Políticas nacionais para atingir metas internacionais e europeias. Apresenta-se um processo com prazos muito curtos e com objectivos a médio e longo prazo, designadamente, até 2050, na UE, se reduzirem as emissões de CO2 em 80 a 95%. Estas metas não podem ser utilizadas para condicionar o necessário desenvolvimento dos países que dele necessitam, em proveito dos países mais poluidores já identificados.

A CGTP-IN sublinha que do lado das empresas se nota um grande aproveitamento da Agenda 2030 da ONU, utilizando a implementação dos ODS, o chamado Crescimento Verde e Economia Circular, que embora sejam princípios importantes para criar novos comportamentos, elas se servem destes para abrir novos negócios e conseguir mais lucros. Grandes multinacionais que produzem electricidade com combustíveis fósseis são as mesmas que agora criam empresas de produção e distribuição de energias renováveis.

As ameaças e problemas ambientais provocados pelas alterações climáticas obrigam-nos a repensar de forma integrada a política energética, territorial, agrícola, ambiental, habitacional, de transportes e transversalmente a económica. A dimensão trágica dos incêndios florestais do último ano é reveladora da falta de visão e planeamento a longo prazo, da cedência às políticas de abandono de vastas zonas do território nacional, da ausência de uma política, baseada no desenvolvimento sustentável, ao nível nacional e local, que poderia ser revertida em favor da criação de empregos.

Sem prejuízo de contínua avaliação crítica das metas avançadas nos acordos internacionais para a redução dos combustíveis fósseis (petróleo, gás e carvão), é fundamental que se apontem medidas que acautelem o ambiente e o futuro do clima, que eliminem ou minimizem os impactos negativos de qualquer prospecção ou extracção de matérias primas e que se garanta que os recursos financeiros com essa origem, sejam colocados ao serviço do desenvolvimento económico e do progresso social.

É necessário continuar atentos ao conjunto de desenvolvimentos que estão em curso face ao futuro das centrais termoeléctricas, às empresas ligadas à prospecção, extracção e produção de petróleo, às situações que envolvem a indústria portuguesa, a novos desenvolvimentos e investimentos no plano das energias renováveis – eólica, fotovoltaica, hídrica, etc... Deve-se antecipar a criação de novos postos de trabalho em resposta aos empregos que se venham a perder. A própria reconversão da indústria automóvel para carros eléctricos, que está em acelerada concretização, precisa de ser acompanhada. Por outro lado, em todas as áreas ligadas ao sector da construção e eficiência energética dos edifícios, está a aumentar a necessidade de trabalhadores especializados em certos ofícios e é geradora de novos empregos. Podemos e devemos antecipar estas reflexões e apresentar propostas.

É necessário por isso planear melhor. Garantir a articulação de políticas e a participação e contribuição das populações, dos trabalhadores e dos consumidores, no quadro de um Plano Integrado, que articule as questões do controlo público do sector, do ordenamento do território, da gestão da floresta com a agricultura e a pecuária, os aspectos habitacional, turísticos, transportes etc. Tudo no sentido de um desenvolvimento sustentável que garanta os aspectos ambientais, económicos e sociais e coloque os trabalhadores e os cidadãos consumidores em particular, como parte nas decisões.

É preciso que os trabalhadores e as suas organizações de classe discutam aprofundadamente estes assuntos para que não sejam mais uma vez os mesmos, os trabalhadores, os seus direitos e os seus salários a pagar estes custos.

No sentido de preservar e desenvolver a indústria portuguesa, é importante a redução significativa ou a supressão da utilização do plástico e outras matérias poluentes, mas não da forma como foi imposto pela chamada fiscalidade verde e não deve repercutir-se na factura dos consumidores.

REIVINDICAÇÕES ao nível sindical para a defesa da soberania e segurança energética do país:

**Proteger o clima e implementar um desenvolvimento ambientalmente sustentável.
Que desafios se nos colocam na nossa acção sindical?**

1) **Que no país seja elaborar um Plano Integrado** com propostas concretas que articulem as políticas de ambiente, do clima, economia, energia, designadamente energias renováveis, ordenamento do território, as florestas e a agricultura, a habitação, os transportes etc. Esse Plano deve ter como “Pano de fundo” o equilíbrio entre os aspectos sociais e o bem estar da população; o desenvolvimento económico; a defesa do ambiente e do clima, a soberania e a segurança energética do país.

- **Propor a reflexão sobre as alterações necessárias nos sectores público e privado, nas empresas e serviços ao nível ambiental** exigindo a garantia de emprego, a formação e a requalificação assegurada dos trabalhadores abrangidos.

2) **Discutir e defender medidas de protecção dos trabalhadores**, dos seus direitos a aplicar nas empresas e nas localidades onde vivem e nas uniões sindicais.

- **Elaborar cadernos reivindicativos em que estas problemáticas e reivindicações cheguem aos** Acordos de Empresa e às negociações da Contratação Colectiva.

- **Defender a aplicação do Desenvolvimento Sustentável**, o equilíbrio entre os aspectos económicos e a defesa do ambiente, defesa do trabalho digno, boas condições de SST, salários e carreira e também as responsabilidades ambientais da empresa nas suas localidades.

- **Defender a transformação de processos e equipamentos com vista à redução do consumo** e utilização eficiente das energias, de forma faseada, de modo a não trazer consequências negativas para os trabalhadores e as empresas.

- **Realizar Formação Sindical** na área da defesa do ambiente, através de **módulos** dirigidos para a formação dos RT's - Representantes dos Trabalhadores para a SST e para quadros e dirigentes sindicais, também enquanto cidadãos e consumidores no quadro da sua intervenção cívica na sociedade.

- **Contribuir para a protecção do ambiente** porque é determinante para o futuro e para o desenvolvimento ao nível local e por isso é preciso participar, para que este tenha um peso importante nas decisões relativas ao desenvolvimento urbano, à gestão e distribuição das águas, aos resíduos urbanos e à sua recolha;

- **Pensar o ordenamento do território e a interacção** entre parques industriais, urbanos, escolares, de lazer, os transportes, as energias, etc... de forma integrada, não só em relação às empresas mas também, às populações, com vista a garantir as condições sociais e de bem estar das populações e contando para isso com a participação e contribuição de todos.

Neste sentido e tendo em conta a realidade portuguesa, importa a CGTP-IN avançar também com reflexão sobre a problemática da prospecção e exploração do petróleo e outras matérias fósseis em Portugal uma vez que várias multinacionais conseguiram a aprovação de pedidos de “concessão” para fazer prospecção em diversas regiões do país (sobretudo na Costa Oeste, na costa Vicentina/Alentejana e no Algarve). Em grande parte dos locais as populações, autarcas e associações locais e regionais se manifestaram e agiram junto dos tribunais, onde em alguns casos as licenças não foram confirmadas, ou foram retiradas após decisões de tribunais e a luta das populações.

Actualmente, o contrato de pesquisa/prospecção em vigor, celebrado entre o Estado Português e a GALP, está apontado para 40 km da costa, ao largo de Aljezur. Contrariando decisão da Assembleia da República, o Governo dispensou a realização de estudos de impacto ambiental e económico sobre este furo. É fundamental não permitir que se avance para esse fim, sem que estejam acautelados os interesses das populações, do meio ambiente e do país que tendo direito de conhecer quais os recursos existentes o deve fazer com toda a segurança.

É ainda necessário questionar o processo de “fracking” do gás de xisto e a implicação dos produtos químicos utilizados, geradores de poluição da água, dos lençóis freáticos, das redes de água corrente e da rega das zonas agrícolas. Estes são, entre outros, desafios que exigem o acompanhamento e a intervenção dos sindicalistas no quadro do desenvolvimento da luta pela defesa do ambiente, do clima e da melhoria da qualidade de vida dos trabalhadores e das famílias.

Concretamente, o M.S.U.- Movimento Sindical Unitário deve intensificar o debate e reflectir mais profundamente sobre a exigência de verdadeiros estudos de impacto ambiental e económicos, determinando todos os riscos derivados da prospecção, pesquisa ou exploração do petróleo e/ou gás natural, e as medidas que seriam necessárias para os eliminar; denunciar os riscos de poluição devido ao intenso tráfego naval e também as actividades económicas, em particular o turismo; exigir o controlo público de todos estes processos e assegurar que eventuais recursos daí resultantes, devem ser colocados ao serviço do desenvolvimento económico, ambientalmente sustentáveis e do progresso social. A não ser feito, exige-se a anulação dos contratos de concessão para a prospecção e pesquisa, para garantir a protecção do ambiente e a defesa dos interesses das regiões e do país.

Lisboa, 2018

Cofinanciado por:

